

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Anna Luiza Pillar Corrêa

**NACIONALISMO E INSTABILIDADE POLÍTICA: O CASO DA
ESCÓCIA (1974-2014)**

Santa Maria, RS
2017

Anna Luiza Pillar Corrêa

NACIONALISMO E INSTABILIDADE POLÍTICA: O CASO DA ESCÓCIA (1974-2014)

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira

Santa Maria, RS
2017

Anna Luiza Pillar Corrêa

NACIONALISMO E INSTABILIDADE POLÍTICA: O CASO DA ESCÓCIA (1974-2014)

Trabalho de Conclusão apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovada em 13 de dezembro de 2017:

José Renato Ferraz da Silveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Thomaz Francisco Silveira de Araújo, Santos Dr. (UFSM)

Junior Ivan Bourscheid, Ms. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela educação pública e de qualidade e pelo espaço que me deu a possibilidade de ampliar meu pensamento crítico e de conviver com a diversidade. Ao curso de Relações Internacionais da UFSM por todo o suporte na minha formação e aos professores do curso, por me guiarem pelo universo multidisciplinar das Relações Internacionais. Ao Professor José Renato Ferraz da Silveira pela orientação e por toda a ajuda que fizeram deste trabalho possível. Aos meus colegas de curso que dividiram a rotina, as responsabilidades, as aflições e as alegrias de ser um estudante de Relações Internacionais e que nunca me deixaram na mão. Aos meus amigos de fora das Relações Internacionais, que me acolheram com suas amizades, construídas há décadas, anos, meses ou dias atrás. Especialmente, deixo meu agradecimento à Alana Hoffmann, que dedicou o seu tempo e todo o conhecimento da língua portuguesa para por esse Trabalho de Conclusão entre os pontos certos. E a Gabi, pois sem a amizade dela, sempre a uma porta de distância, tudo teria sido bem mais difícil.

A minha gratidão maior à minha família. Vô Nelson e vó Anatólia (de onde estiver), vô Alfeu e vó Hilda, tia Fá, tia Rô, tia Vera, obrigada por todo esse amor e esse apoio e por sempre acreditarem que eu sou capaz! À Mariangela e a Neusa, por serem tão família quanto seria possível, por toda a torcida, por todo o afeto. Aos meus irmãos, grandes amores da minha vida, por todo o exemplo. Lênin, obrigada pela lição de que os primeiros passos são necessários e bem menos dolorosos do que parecem. Darwin, muito obrigada por muitas vezes não ser só a luz, mas também o túnel nessa minha jornada, sempre o mestre Yoda. Ao pai e a mãe, agradeço por tudo! Claudio Humberto, obrigada por ser o homem da minha vida, independente de qualquer coisa, pelo suporte, por todas as ideias e as conversas que me ajudaram a dar forma a este trabalho, pelas manhãs de domingo á toa e pelo abraço-casa. À Dalva Conceição, a minha pessoa nesse mundo, agradeço incondicionalmente por esta relação de amor e parceria para além dessa vida, que me fortalece e me deixa livre para ser a melhor versão de mim, sempre.

RESUMO

NACIONALISMO E INSTABILIDADE POLÍTICA: O CASO DA ESCÓCIA (1974-2014)

AUTORA: Anna Luiza Pillar Corrêa
ORIENTADOR: Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira

Este trabalho se propõe a analisar o nacionalismo como agente de instabilidade política, levando em conta o nacionalismo escocês de 1974 a 2014. Para atender a este propósito, é abordado o conceito de nacionalismo, elencando elementos importantes para sua formação, como a identidade nacional, a língua nacional e o Estado moderno. É proposto um diálogo entre nacionalismo e as teorias das Relações Internacionais, mais especificamente o realismo. Em seguida, é tratado o caso da Escócia, com foco em momentos de sua política entre 1974 e 2014, em que o sentimento nacional foi exaltado. Nesse trabalho é feita uma análise descritiva, tendo em vista a verificação do fenômeno do nacionalismo escocês, considerando o contexto territorial do Reino Unido. Por fim, são identificados elementos do nacionalismo escocês que podem estar relacionados à instabilidade política na região do Reino Unido, como a mudança do contingente demográfico, territorial e as mudanças que seriam enfrentadas no âmbito institucionais.

Palavras-chave: Nacionalismo. Escócia. Realismo.

ABSTRACT

NATIONALISM AND POLITICAL INSTABILITY: THE CASE OF SCOTLAND (1974-2014)

AUTHOR: Anna Luiza Pillar Corrêa
ADVISOR: Prof. Dr. José Renato Ferraz da Silveira

This paper proposes to analyze nationalism as an agent of political instability, taking into account Scottish nationalism from 1974 to 2014. In order to attend to this purpose, the concept of nationalism is approached, listing elements important for its formation, such as national identity, the national language and the modern state. It is proposed a dialogue between nationalism and International Relations theories, more specifically realism. Next, the case of Scotland is dealt with, focusing on moments of its policy between 1974 and 2014, in which national sentiment was exalted. In this work, a descriptive analysis is made, in order to verify the phenomenon of Scottish nationalism, considering the territorial context of the United Kingdom. Finally, elements of Scottish nationalism are identified that may be related to political instability in the United Kingdom's region, such as changing the demographic, territorial contingent and institutional changes that would be faced.

Keywords: Nationalism. Scotland. Realism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 NACIONALISMO: UMA HISTÓRIA COMPARTILHADA.....	9
1.1 IDENTIDADE, O INDIVÍDUO E O NACIONAL	9
1.2 LINGUAGEM E LÍNGUA NACIONAL.....	13
1.3 NAÇÃO E ESTADO MODERNO	18
1.4 O AUGES DO NACIONALISMO E SEU LEGADO.....	22
2 O NACIONALISMO E A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	25
2.1 ESTADO, NAÇÃO E RUPTURAS ESTATAIS.....	26
2.2 REALISMO, NACIONALISMO E PARTICULARISMO	30
2.3 O CONFLITO PARA O REALISMO E PARA O NACIONALISMO	34
3 O CASO DA ESCÓCIA.....	37
3.1 O QUE É ESCÓCIA?	38
3.2 A ESCÓCIA DE 1978 A 2014.....	42
3.3 O REINO UNIDO	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

No decorrer da história, Estados se desenvolveram, nações se fortaleceram e o tempo estruturou e estabeleceu o cenário em que vivemos. Valores, direitos e deveres foram orquestrando as sociedades e o sentimento do povo foi se alternando de acordo com os governos estabelecidos. Como Miroslav Hroch afirma,

A nação tem sido uma companheira da história europeia moderna. Não é difícil ironizar o registro do “nacionalismo” no passado e no presente, criticar seu papel e, nesse processo, atribuir notas boas ou más a diferentes grupos, personalidades ou mesmo nações (HROCH, 2000, p. 85).

Portanto, para o autor não é difícil traçar uma crítica ao nacionalismo. Entretanto, obras como *Comunidades Imaginadas* de Benedict Anderson (2008), *Nações e Nacionalismo desde 1780* de Eric J. Hobsbawm (1990) e *National Identity* de Anthony D. Smith (1991) mostram que, para criar um debate sobre o nacionalismo, é necessário que se leve em conta alguns aspectos importantes.

Neste trabalho, buscamos realizar uma análise do nacionalismo, apontando fatores políticos que o constituem e a influência que exerce no cenário internacional. Para isso, estudar-se-á o caso da Escócia, com foco no intervalo entre 1974 e 2014, a fim de evidenciar aspectos do nacionalismo escocês e também algumas consequências desse nacionalismo para o Reino Unido.

Esta pesquisa busca responder a seguinte pergunta: o nacionalismo escocês pode ser agente de instabilidade política no Reino Unido? Para que se obtenha uma resposta, este estudo objetiva traçar um panorama do nacionalismo escocês, de forma a entender seus aspectos e o porquê de seu crescimento, a fim de identificar quais seriam os possíveis efeitos no Reino Unido.

Este trabalho divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo, primeiramente, traçaremos um panorama do nacionalismo, a partir do estabelecimento das identidades individuais e de sua evolução até a constituição da identidade nacional. Num segundo momento, discutiremos a importância da língua na formação da consciência nacional e, em seguida, discorreremos sobre a formação do Estado moderno e sobre o auge do nacionalismo.

No segundo capítulo, situaremos o nacionalismo no âmbito das Relações Internacionais, estabelecendo-se uma discussão sobre a teoria realista e o nacionalismo, a fim de perceber semelhanças entre essas duas temáticas. Discutiremos sobre o Estado e a Nação, sobre a teoria em confronto com o nacionalismo e, por fim, sobre as visões desses dois temas sobre o conflito.

Por último, estudaremos o caso da Escócia. Num primeiro momento, a partir de uma visão histórica e sociológica, partindo-se, em seguida, para a análise do espaço temporal de 1974 a 2014 e, por fim, para a análise das consequências da independência escocesa para o Reino Unido.

Nesse trabalho faremos uma análise descritiva qualitativa, tendo em vista a verificação do fenômeno do nacionalismo escocês e sua possível influência na instabilidade política do Reino Unido. Utilizaremos uma abordagem qualitativa de acordo com o cenário analisado, considerando as dinâmicas relações entre os fenômenos presentes. Será empregado um estudo de caso com o objetivo de observar os efeitos de uma política nacionalista para uma região, como no caso da Escócia e do Reino Unido.

Com este trabalho, busca-se responder ao questionamento de se o nacionalismo escocês é percebido como um agente de instabilidade política regional e de que modo isso se desenvolve. Para tanto, partiremos da análise do tema do nacionalismo e da inclusão desse tema no âmbito das relações internacionais. Ademais, com este estudo pretendemos incrementar a análise sobre o nacionalismo, facilitando a compreensão desse tema e ampliando o espaço para o debate.

1 NACIONALISMO: UMA HISTÓRIA COMPARTILHADA

Nesta parte preliminar do trabalho, pretendemos tratar de aspectos que envolvem as questões acerca do nacionalismo e as transformam em uma verdadeira história compartilhada. Isso porque é possível compreender toda a evolução dos ideais nacionalistas como uma questão que foi transpassada pelos indivíduos, em diferentes espaços, no decorrer da história. Essa multiplicidade relacionada ao tema aumenta sua complexidade e nos faz perceber que este é um assunto que não sofre influência de apenas um fator e, sim, de um conjunto deles.

Portanto, este primeiro capítulo será desenvolvido a partir de quatro pontos de vista. Primeiramente, sob a visão de Anthony Smith em *National Identity* (1991), sobretudo a partir de uma esfera mais particular, centrada na figura do indivíduo e nas suas identidades, diálogo que culmina diretamente na principal identidade envolvida neste tema, a nacional. Posteriormente, utilizando muitas das ideias de Benedict Anderson em *Comunidades Imaginadas* (2008), trataremos sobre a importância da linguagem e do estabelecimento de uma língua nacional para a formulação de identidades nacionais e para a construção do elo entre Nação e Estado. Por terceiro, para entendermos o nacionalismo, é preciso discorrer sobre questões elementares para o seu desenvolvimento, como a nação e a formação do Estado moderno, abordadas neste trabalho a partir de perspectivas como a de Anderson (2008) e a de Eric J. Hobsbawm em *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1990). Finalmente, discutiremos o fortalecimento do nacionalismo no século XX, que desencadeou a Primeira Guerra Mundial e que contribuiu para o entendimento dos ideais nacionalistas que se propagam até hoje, de acordo com o afirmado por Hobsbawm (1990).

1.1 IDENTIDADE, O INDIVÍDUO E O NACIONAL

Um dos motivos que favorecem a intensa discussão acerca do nacionalismo é o caráter subjetivo dessa temática. Para iniciar esta análise, propomos uma visão mais particular, que também diz respeito à questão nacionalista. Trata-se de grupos sociais e seus alicerces, entendidos a partir de

um espectro mais reservado, sob a égide do indivíduo. Por isso, percorreremos um caminho até a identidade nacional propriamente dita, partindo das identidades individuais que, no seu conjunto, estruturam a posição do indivíduo na sociedade. Isso se deve ao fato de que, entendendo a importância das identidades privadas, podemos evoluir a discussão e, dessa forma, atingirmos as noções de identidade nacional.

. No que diz respeito a essas particularidades identitárias, são várias as pequenas identidades que cada indivíduo evoca na sociedade. Existem vários aspectos atribuídos a cada pessoa, compilando um conjunto de características que forma sua identidade. A partir dessas variedades de características, podemos entender os grupos sociais que se formam diante do que é comum para certo número de indivíduos.

De acordo com Smith (1991), ao pensarmos em uma composição da identidade individual, é necessário considerarmos três panoramas. Em primeiro lugar, há o gênero, uma classificação universal, que, segundo o autor, tende a não ser coesiva, em função de os outros aspectos identitários inspirarem, ou não, consciência coletiva e ação.

Em segundo lugar, espaço, também chamado de território. Essa é uma perspectiva generalizada, especialmente nas eras pré-modernas, antes do fortalecimento e da busca pela delimitação do espaço por parte do Estado. Esse processo se desenvolve ao longo da história, e as relações entre povo e território avançam e determinam com mais força a identidade do indivíduo, como veremos no decorrer deste capítulo. Ainda sobre espaço ou território, estes possuem a qualidade coesiva que a identidade de gênero não tem pelo grande apego dos cidadãos ao seu local de moradia e à constituição de seu território.

Por fim, há o panorama socioeconômico, ao qual Anthony Smith (1991) confere uma importância maior, pois esse panorama pode servir de motor para a história. O autor menciona a aristocracia, a burguesia e o proletariado, classes que, a seu ver, já propiciaram bases para ações políticas e militares decisivas (algumas vezes, não sempre). Entretanto, Smith (1991) enfatiza que há limites para qualquer tentativa de usar as classes como base para um senso de identidade e comunidade, porque não se consegue o alcance total da sociedade partindo apenas da esfera socioeconômica das identidades individuais.

É possível perceber, então, que os indivíduos podem possuir diversas identidades que os formam e ajudam na sua percepção da realidade. É a partir dessas identidades de cunho particular que se desenvolvem relações entre grupos sociais de pessoas com identidades semelhantes. Esses aglomerados, como coloca Smith (1991), desenvolvem relações, costumes e princípios que podem, em alguns casos, serem levados em conta na construção de instrumentos institucionais que representam a comunidade.

Outro tópico discutido por Smith é a ideia de pátria, conceituada por ele como “uma comunidade de leis e instituições com uma vontade política singular” (SMITH, 1991, p. 10, tradução nossa)¹. Nesse processo, o estudioso aponta o resultado das relações entre indivíduos aglomerados em grupos compostos de identidades individuais afins, com costumes e princípios que vão ser expressos em uma política comum. É possível, nesse decurso, identificar leis e instituições que irão garantir certo senso de igualdade dentro da população, instituindo direito e deveres, além de definir sobre a participação do povo na política.

Esse senso de comunidade política, como aponta Smith (1991) com instituições comuns, linguagem e um código de direitos e deveres para todos os membros da comunidade, sugere um espaço social definido e um território demarcado, com os quais os membros se identificam e aos quais eles se sentem pertencentes. Isso fornece as bases da identidade nacional, que acaba possuindo um caráter especial que supera as demais.

O sentimento de pertencimento, um tipo de identidade cultural para Smith (1991), se relaciona mais diretamente à identidade nacional, porque é através dessa relação que se desenvolvem a exaltação da nação e o comportamento nacionalista. Cria-se, a partir do pertencimento, um dever para com a nacionalidade, uma busca pelo êxito nacional. Como consequência, o Estado moderno pode contar com o indivíduo para que ele se posicione quanto à segurança da nação, o que auxilia no estabelecimento e na manutenção de suas instituições.

Então, ainda de acordo com Smith (1991), a comunhão entre território, povo, conjunto de regras que geram políticas comuns e acabam por estipular certa igualdade, além de um conjunto com culturas, memórias, ideologias cívicas

¹ “[...] a community of laws and institutions with a single political will. [...]” (SMITH, 1991, p. 10)

comuns, culmina num sistema de propagação desses aspectos e de difusão da identidade nacional. São essas comunidades culturais que compartilham uma memória histórica, de símbolos e tradições que dão luz a identidades como a da Europa Ocidental, por exemplo.

Portanto, a identidade nacional, para Smith (1991), se liga muito a laços territoriais e até mesmo familiares. É assim que se denominam as raízes nacionais e se identificam as afinidades do indivíduo e a que se alia seu sentimento de pertencimento. A partir disso se vê com qual modelo Estatal estará a lealdade do indivíduo, independentemente de quais relações ele estabeleça com as demais sociedades.

Conforme o que já foi desenvolvido, Smith apresenta uma conceituação interessante da nação como

uma população humana com nome, compartilhando um território histórico, mitos comuns e memórias históricas, uma cultura pública de massa, uma economia comum, e direitos e deveres legais comuns para todos os membros. (SMITH, 1991, p. 14)

Ademais, Hobsbawm declara que “a identidade nacional se desenvolve tão naturalmente que chega a preceder a nação” (HOBSBAWM, 1990, p. 27). A temporalidade dos conceitos de nação e nacionalismo se torna uma questão interessante, uma vez que a nação parece reconhecida muito antes de sua existência como é percebida agora. Sua história repleta de lutas e busca por glória e poder proporciona uma ideia fantástica do ideal nacional. Nas palavras de Anderson:

Admite-se, normalmente, que os estados nacionais são “novos” e “históricos”, ao passo que as nações a que eles dão expressão política sempre assomam de um passado imemorial, e, ainda mais importante, seguem rumo a um futuro ilimitado. É a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino. (ANDERSON, 2008, p. 38-9)

Vale ressaltar que a visão discutida até aqui é predominantemente advinda da Europa Ocidental. Anthony Smith (1991) aponta que a forma de desenvolvimento na Europa Ocidental serviu como modelo para a construção de muitas identidades e nações modernas não ocidentais, nas quais a identidade nacional estava ligada ao lugar de nascimento. O autor afirma que, por mais que,

na visão ocidental, o cidadão pudesse se identificar com esta ou aquela nação, de acordo com a sua identificação em relação aos aspectos já citados, no âmbito não ocidental, se valorizava muito mais a ascendência do indivíduo.

A partir disso, entra em voga a discussão sobre a identidade étnica e sobre como os pontos de vistas internos e externos podem afetar essa identidade. Hobsbawm (1990) aponta três distinções que se realizam no contexto étnico em relação às identidades dos indivíduos. Primeiramente, Hobsbawm menciona a diferenciação pela cor, que, em muitos casos, também pode ser estabelecida a partir de um panorama de classes. Depois, a generalização em relação ao outro. Para um indivíduo, os cidadãos de outra nação tendem a se parecerem todos iguais, mas os da sua própria apresentam ter mais diferenças e idiosincrasias. Isso se parece muito com a terceira característica, a etnicidade negativa, relacionada à percepção de pertencer a um grupo étnico, quando ele não é visível para si, mas sim para os outros.

Tendo isso em vista, percebemos que as identidades, com todos os elementos que as cercam, criam um arcabouço sólido para analisar o nacionalismo, através do posicionamento dos indivíduos na comunidade e das relações desta com o Estado. Na seção seguinte, discutiremos outro aspecto: a linguagem e o estabelecimento da língua nacional, com foco na sua importância na formulação dos Estado-nações.

1.2 LINGUAGEM E LÍNGUA NACIONAL

Seguindo o conto dessa história compartilhada, muito da identidade dos povos e dos Estados está na linguagem. A língua é uma forma de contato, uma via de expressão e pode ser um veículo de mudança. Anderson (2008) aponta que transformações definitivas para a história, que mudam o ponto de vista dos indivíduos e os colocam numa posição mais protagonista, foram incentivadas pelas mudanças sofridas no âmbito linguístico.

Anderson (2008) discorre extensamente sobre a nação como uma comunidade imaginada (objetos de desejo e projeções dos indivíduos), intimamente limitada por fronteiras e detentora de soberania, sendo livre de

dominação. Para ele, a formulação das nações e do próprio nacionalismo deve ser vista a partir de certos sistemas culturais – como a comunidade religiosa e o reino dinástico – que o precederam. Assim, será possível perceber como essas comunidades, com o passar do tempo, culminaram na construção dos Estados modernos e no desenvolvimento dos nacionalismos. Portanto, analisaremos, aqui, esses dois sistemas culturais, com o foco na língua e em suas transformações.

Se analisarmos a comunidade religiosa a partir de Anderson (2008), podemos enxergá-la como um contingente bastante imenso, que tinha como ferramenta uma escrita sagrada. A crença era a de que essa comunidade se caracterizava por ser central e de que sua linguagem sagrada – sendo ela o Latim eclesiástico, o Chinês do sistema de exames ou árabe corânico, por exemplo – tinha um alcance praticamente ilimitado, já que todos poderiam ter acesso a seus escritos, desde que pudessem interpretá-los e se propusessem a segui-los. Por essa razão, para Anderson (2008), o processo de ampliação dessa comunidade, a partir da entrada de novos membros, se dá de forma diferente da que veremos nas nações modernas, que é relacionada ao território. Naquele caso, não importa a origem do indivíduo, desde que ele faça uso dos ícones religiosos.

Smith (1991) discorre sobre essa escrita que ligava todos os adeptos de uma crença religiosa, criando uma comunidade através desses signos, em que aqueles que atendiam aos escritos sagrados participavam de um mesmo corpo social. Dessa forma, as comunidades religiosas contemplaram todos os setores da sociedade, indo além dos laços étnicos. Sua mensagem é nacional ou universal, nunca endereçada a uma classe particular, mesmo quando, na prática, a religião seja reservada a uma única classe.

Entretanto, para uma investigação mais fundamentada da comunidade religiosa, a escrita não é o único ponto a ser analisado. Anderson (2008) analisa, além da relação do leitor com o texto religioso, a vinculação dos mais doutrinados religiosamente com a sociedade em si. Isso porque, como o autor aponta, por mais que a linguagem sagrada tivesse uma característica oculta, ela não se encontrava muito distante da ideia de realidade da comunidade, já que apresentava símbolos e histórias que podiam ser entendidas pelos devotos, facilitando a difusão da crença e contribuindo para o aumento de adeptos. Além disso, esses doutrinados estavam posicionados em camadas estratégicas da

sociedade, o que contribuiu para o poder de influência da religião. É através desse aspecto que Anderson (2008) evidencia a coesão religiosa, responsável por legitimar as ações em nome da religiosidade.

Anderson (2008) também afirma que, apesar dessa coesão religiosa ter um caráter forte e realmente incisivo, as outras esferas da sociedade começaram a passar por um processo de mudança em seu desenvolvimento. Segundo ele, as visões de mundo e da realidade se ampliam entre os indivíduos, e a religião vai perdendo esse caráter coesivo, principalmente na Europa Ocidental, sob os preceitos do catolicismo. Para o estudioso, essas transformações que foram ocorrendo dentro das comunidades estão estreitamente ligadas ao acesso à informação e ao aumento do pensamento crítico dos cidadãos.

Esses fatores se desenvolvem, de acordo com Anderson (2008), pela importância do Romance e do Jornal na criação de comunidades que têm sua comunhão por outros aspectos. No caso do romance, o autor discorre sobre a simultaneidade, que começa a ser desenvolvida mais ativamente na narrativa romanesca, ou seja, passa-se a compreender, através da literatura, que há vários indivíduos realizando suas tarefas ao mesmo tempo, num mesmo lugar, e que não necessariamente todos se conhecem, mas sabem que eles compartilham uma rotina. Dessa forma, Anderson (2008) mostra que a sociedade passa a ser retratada de modo a englobar o cotidiano dos cidadãos e seu entorno. Assim, há uma identificação maior e se tem, também, um novo sentimento de pertencimento que permeia a comunidade leitora.

Benedict Anderson (2008) ainda declara que no romance também se desenvolvem críticas à sociedade e aos governos. Essas críticas serão responsáveis por fomentar o pensamento dos cidadãos. Através do acesso à informação, conforme aponta Anderson (2008), começa a despertar nos indivíduos uma consciência mais crítica, que terá grande importância na vontade de mudança e no aumento da participação do povo na política. No que diz respeito ao aspecto linguístico, o latim começa a perder espaço para a língua vernácula, não mais ocupando uma soberana.

Todo esse processo é fortalecido pelo capitalismo. Nesse caso, o capitalismo editorial, como destaca Anderson (2008), que abre mercados e expande ainda mais o alcance dessas leituras. As editoras trabalham cada vez

mais a partir do século XVI, e a comunidade começa a dispor de um catálogo cada vez maior de livros e histórias que criam entre os leitores um novo tipo de comunidade imaginada, baseada nesse ambiente literário. Primeiramente, na Europa, muito se escreve ainda em Latim, mas, em decorrência dessa intensa busca de novos mercados, as línguas vernáculas começam a ganhar espaço.

Autores como Thomas Hobbes (1588-1648) e William Shakespeare (1564-1616) são exemplos disso. Anderson (2008) mostra que, no século XVII, Hobbes, escrevendo em latim, tinha um reconhecimento em grande escala, a nível continental, enquanto Shakespeare, escritor na língua vernácula, quase não era explorado pela população. Todavia, este último, como afirma Cardim (1931), trazia consigo, em seus vernáculos, a capacidade de analisar todos os tempos na particularidade do seu, na exclusividade da sua época. Abordando os feitos e dificuldades dos indivíduos e humanizando todo tipo de fantasia, Shakespeare é um exemplo de utilização da língua vernácula, que teve seu início em marcha lenta, mas que, no fim, conquistou Estados inteiros.

Benedict Anderson (2008) também assinala a importância das línguas impressas para a consciência nacional. Inicialmente, essas línguas criaram um canal de comunicação que se manteve entre as estruturas linguísticas mais tradicionais e as mais modernas. Por conseguinte, esse processo conferiu à língua uma fixidez que auxiliou na característica histórica e atemporal do nacionalismo. Além disto, contribuiu para o estabelecimento da identidade linguística de alguns grupos sociais que tiveram nessa linguagem impressa um meio de comunicação e de estabelecimento dessa comunidade falante da língua (ou dialeto).

Concomitante a essas questões foi a definição da língua nacional. Anderson (2008) declara que a língua nacional foi definida pelo Estado, a partir de grupos sociais com algum peso político, isto é, as elites com maior acesso à informação. Esse processo se deu através da consolidação do ensino primário e de documentos oficiais e serviu como meio de comunicação oficial entre o governo e a população. Os variados dialetos difundidos pelas classes sociais não eram considerados, o que aprofunda certos sentimentos nacionalistas, pois, como afirma Hobsbawm, “as línguas multiplicaram os Estados, e não o contrário” (HOBBSAWM, 1990, p. 78).

No que concerne à linguagem, a própria Escócia, estudo de caso deste trabalho, é mencionada por Anderson (2008). O autor afirma que a Escócia era conhecida por ter, por muito tempo, desenvolvido uma linguagem, o “inglês do norte”. Entretanto, mesmo com condições de se envolver num processo nacionalista, os Escoceses acabaram incorporando o “inglês do sul”, língua oficial da Inglaterra. Essa questão demonstra como os grupos de influência, atores definitivos na implantação das línguas oficiais, exercem poder e moldam as ações do grupo, nesse caso, escocês.

De acordo com Hobsbawm (1990), na esfera doméstica dessas regiões da Europa Ocidental, as relações entre as classes mais baixas e o Estado não eram bem firmadas. Sem reconhecer a língua oficial, o cidadão em situação de vulnerabilidade social via a institucionalização da linguagem como um lembrete de sua posição desprivilegiada. Acentuava-se, assim, o laço entre esses indivíduos e os dialetos não oficiais, provocando, o que Hobsbawm (1990) define como certo nacionalismo linguístico.

O jornal, outro exemplo trazido por Anderson (2008), estabelece a difusão da notícia, serve para conscientizar a população da realidade e inteirá-la sobre o meio em que o grupo social desenvolve suas relações, também colocando todo esse público sob uma mesma identidade. É com a criação desses veículos de comunicação que ocorre o fortalecimento da “vernaculização” da linguagem, culminando no fim da hegemonia do Latim na época.

Anderson (2008) complementa, dizendo que essa difusão informacional serviu para que as pessoas tivessem acesso à informação de maneira mais fácil e, assim, criassem uma consciência crítica que leva a um “empoderamento” das massas e a sérias mudanças nas estruturas institucionais da sociedade. É através desses pontos que o Estado moderno começa a se estruturar, que o poder se centraliza e que a legitimidade passa a ser garantida por outro aspecto.

Todos esses aspectos se desenvolvem concomitantemente com o desenvolvimento dos Reinos Dinásticos (do século XV ao XVIII) e seu processo de transição para os Estados Modernos (século XVIII), sendo esses processos importantes para a transformação da comunidade religiosa e para a construção da ideia de Nação. Na seção a seguir, tratamos do processo que levou ao estreitamento da relação entre Nação e Estado e do surgimento dos Estados

Modernos na Europa Ocidental. Nesse sentido, estão identificados os fatores que tiveram importância para o estabelecimento do nacionalismo.

1.3 NAÇÃO E ESTADO MODERNO

O conceito de nação passou por diversas mudanças até chegar ao que nos é comum hoje, que, como aponta Hobsbawm (1990), não está ligado apenas à identidade étnica, mas também à independência política, estatal. Portanto, nação, na forma como conhecemos, pode ser considerada uma conceituação moderna. Hobsbawm (1990) esclarece que só a partir de 1884 a nação começa a ser identificada como algo atrelado ao Estado e não simplesmente a um grupo de indivíduos de um mesmo local. Isso demonstra não só a modernidade atrelada ao conceito de nação, mas também sua mutabilidade. A nação hoje não tem o mesmo significado que teve no seu aparecimento.

Qualquer que seja o significado “próprio e original” (ou qualquer outro) do termo “nação”, ele ainda é claramente diferente de seu significado moderno. Podemos, portanto, sem ir mais além no assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente muito recente. (HOBBSAWM, 1990, p. 30).

De acordo com Anderson (2008), antes do estabelecimento dos Estados modernos, havia os reinos dinásticos que mantinham algumas características excludentes – a atuação do público na política era quase inexistente – e não preservavam uma real conexão com o povo estabelecido dentro de suas fronteiras. A questão fronteiriça, inclusive, não era algo determinado definitivamente e não havia controle efetivo de quem adentrava ou deixava o território. Aqui, como Anderson (2008) aponta, nos referimos às majestades, com seu poder legitimado pelo direito divino, e aos súditos; não aos cidadãos. Para a análise dessa mudança, é imprescindível que entendamos não só as questões referentes à transformação desses reinos em Estados Modernos, mas também as alterações ocorridas na forma de percepção dos indivíduos na sociedade.

Primeiramente, Anderson (2008) assevera que a percepção de tempo dos indivíduos foi alterada. Se, antes, com a comunidade religiosa, a passagem do

tempo era regrada pelos desígnios de Deus, sem ser vista como algo vazio e homogêneo, mas como um fator planejado pela providência divina, agora, com a utilização de novos meios de comunicação e com o desenvolvimento da literatura, se entende o tempo como alvo da simultaneidade, em que várias coisas podem acontecer ao mesmo tempo, com pessoas diferentes que não necessariamente se relacionam.

Dessa forma, a nação, segundo o que diz Anderson (2008), e até mesmo o amanhecer do nacionalismo na Europa Ocidental do século XVIII acabaram coincidindo com o anoitecer dos modos religiosos de pensamento dos reinos dinásticos. Com o Iluminismo e o fortalecimento da separação entre Estado e Religiosidade, as estruturas religiosas sofreram um abalo, mas a fé religiosa não deixou de existir, já que ela continua a influenciar os indivíduos, mas de um viés mais particular, ligado à fé e à crença de cada um.

Essas transformações se dão sob um paradigma em que predomina a noção de espaço ou território. Conforme afirma Smith (1991), as nações devem ter uma demarcação territorial bem definida. O povo deve pertencer ao território e vice-versa, e esse espaço de terra se caracteriza como a “terra natal”, que foi desfrutada por gerações e com um antepassado histórico, muitas vezes glorioso e marcado por lutas. Toda a sua extensão, com seus acidentes geográficos e recursos naturais, remete aos indivíduos uma lembrança que cria um significado particular a esses elementos. Aqui, não mais prevalecem, no aspecto político, as ideologias religiosas, mas sim as ideias seculares.

Todos esses fatores dizem respeito a uma concepção de nação mais ligada à Europa Ocidental, assim como Smith (1991) argumenta, devido ao fato dessa experiência ter exercido uma poderosa influência na nossa concepção de unidade, que passamos a chamar nação. Há um novo tipo de política posta em prática através da figura do Estado Nacional, que detém o poder, a soberania e o uso legítimo da força. A comunidade passa a ser ligada mais fortemente/estritamente à questão do Estado, formando uma nação territorial com fronteiras sólidas e um território bem definido. Esse modelo Ocidental deixou uma impressão nas concepções não ocidentais subsequentes, mesmo quando havia divergência com as suas normas.

Simultaneamente a esse momento de alteração política, estava ocorrendo o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. Como aponta Anderson (2008), esses dois processos foram de grande importância para o estabelecimento da língua nacional, assim como a vernacularização, já tratados acima. Pensando nos livros como os primeiros meios de produção feitos em massa, o autor aponta que foi com o capitalismo editorial que os novos pensamentos desenvolvidos pelos escritores alcançaram a população e faziam com que esta aumentasse seu caráter crítico. Assim, os ideais humanistas e iluministas atingiram a população e levaram às revoltas liberais, que mudaram a forma de encarar a figura estatal e criaram finalmente o laço entre Estado e nação.

Para Anderson (2008), a Revolução Francesa de 1789 levou a soberania, que estava centrada na mão das elites e da coroa, para o povo, que se vê interessado não só em influenciar na política, mas também se dispõe a lutar pela nação. O Estado moderno, em sua estruturação, buscou o estreitamento de laços com os indivíduos, através da institucionalização de serviços para manter a segurança e garantir direitos. Ocorria, então, um encontro constante entre a população e o Estado, pois este estava, em muitas esferas, promovendo recursos de infraestrutura e também, o fortalecimento do Estado-nação.

Todavia, o Estado necessitava da participação da população para o seu funcionamento. Hobsbawm (1990) ressalta que os ideais iluministas não permitiam que a figura estatal contasse com a livre e espontânea lealdade advinda do povo, que tinha cada vez mais voz ativa no ambiente institucional. O autor também indica que, nesse cenário, se desenvolviam sentimentos e propósitos comuns, e o Estado utilizava a expressão maior deles, a ideia de pátria, para legitimar seus atos domésticos. Através de leis e instituições que buscam representar uma vontade política singular, têm-se a estrutura política da sociedade orquestrada institucionalmente, tanto de maneira centralizada, em regiões como a da França pós-Revolução, quanto descentralizada, a partir de instituições que promovem a defesa das liberdades das várias regiões, como nos Estados Unidos.

Hobsbawm apresenta uma reflexão interessante, que se relaciona com esses aspectos:

Assim considerada, a “nação” era o corpo de cidadão cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse a nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa. (HOBBSAWN, 1990, p. 31)

Como já foi dito, o Estado tinha de trabalhar seriamente na sua legitimidade, que não podia mais vir da coerção religiosa, do direito divino, nem da continuidade de legitimação. De acordo com Hobsbawm (1990), os Estados encontraram a saída no sentimento patriótico, que deu credibilidade a todo esse processo de institucionalização. Começa a haver uma conexão entre o Estado moderno e a identidade nacional dos indivíduos. Através do fortalecimento da democratização e a difusão do sentimento patriótico, prevalece a nação nos ideais da população.

Ernest Gellner, em sua obra *Nations and Nationalism* (1983), explica que o nacionalismo surge em resposta à transição da sociedade agrária para a industrial. Dessa forma, o Estado, em busca do estabelecimento de seu interesse nacional, ampliando sua inserção no sistema internacional e competindo com outros Estados, tenta, em resposta ao cenário competitivo internacional, projetar seu interesse e sua identidade nacional, e, assim, o nacionalismo se insere dentro das transformações societárias.

Quanto à competição, como aponta Hobsbawm (1990), esta não se desenvolve só no meio econômico e de mercado. Como já ficou estabelecido, um recurso de poder muitíssimo importante era o território. A projeção de poder era identificada de acordo com a influência sobre os territórios, o que levou os Estados a entrarem em disputas territoriais desenfreadas, recurso que ficou conhecido como imperialismo. Os ideais imperialistas muito tinham do nacionalismo. O orgulho nacional era defendido e exaltado nesse processo de expansão territorial.

A seguir, trataremos sobre os processos imperialistas e sobre a grande instabilidade que causaram, que gerou a Primeira Guerra Mundial. Discutiremos como esses processos levaram ao auge do nacionalismo e quais são os legados nacionalistas que se propagaram e são perceptíveis até hoje.

1.4 O AUGO DO NACIONALISMO E SEU LEGADO

Por meio da história compartilhada do nacionalismo, muito podemos ver de suas transformações. Hobsbawm (1983) declara que, nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, os Estados modernos se encaminharam para o que viria a ser, futuramente, o apogeu do nacionalismo. O que caracterizava esse nacionalismo, de acordo com o autor, é que então não era qualquer corpo social que podia reclamar o “título” de nação, pois isso daria direito a um Estado independente e soberano de responder às súplicas de cada agrupamento. Além disso, com o aumento dessas nações em potencial, as questões linguísticas e étnicas ganham cada vez mais espaço, tornando-se decisivas para a consolidação desses grupos. Contudo, dentro dos Estados havia um direito político à nação e à bandeira, para o qual o termo nacionalismo serviu muito bem.

Por mais que não fosse qualquer aglomerado de indivíduos que pudesse ser chamado de nação, existiam cada vez mais grupos clamando pela defesa de sua nacionalidade e buscando seus interesses nacionais. Como Hobsbawm (1990) enumera, é o caso dos armênios, georgianos e lituanos, por exemplo. O maior desses casos, a Irlanda, difundia em diversos jornais uma autodescrição como nacionais, fato que se tornou bastante explosivo na política britânica, mostrando que os casos na Europa também estavam a aumentar.

Soma-se a isso o comportamento adotado pelos Estados de saírem em busca de novos territórios, de novas zonas de influência. Em busca de prestígio, de poder político e econômico, países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, dentre outros, adotaram políticas imperialistas em relação a outros territórios, como afirma Saraiva (2007). No sul, onde havia uma grande incidência dos Estados Imperialistas, a “questão nacional” ainda não estava verdadeiramente definida e fortalecida. Entretanto, na Europa, com a exaltação de tudo que era nacional, o processo desestabilizador do imperialismo já começava a se manifestar.

Pretendendo manter o interesse nacional e obter o poder necessário para enfrentar possíveis ameaças que surgissem no âmbito externo, os países partem para a construção de alianças, e, então, como aponta Saraiva (2007), já se vê, desde antes da Primeira Guerra Mundial, a capacidade das potências de se

organizarem em dois blocos. O autor discorre sobre o estreitamento de relações entre França e Rússia, com Inglaterra se juntando em 1907 e dando forma ao que se tornará a Tríplice Entente, já que as relações com a Alemanha, que tinha uma política muito incisiva, não iam bem. Áustria-Hungria e Itália se mantêm do lado alemão desde 1882, formando o que seria a Tríplice Aliança.

Foi na Primeira Guerra Mundial propriamente dita que o nacionalismo se direcionou para o seu auge. As nações lutaram por sua sobrevivência carregando o histórico, muitas vezes encarado como glorioso e marcante, de seus antepassados. Após o conflito, o sentimento nacionalista prevaleceu. Hobsbawm (1990) afirma que foi nessa época que o nacionalismo atingiu seu apogeu, pois as nações modernas não tinham como estar mais preocupadas com a questão nacional devido à grande vulnerabilidade da esfera internacional.

A própria nacionalidade entrava em xeque. Entre 1918 e 1950, como aponta Hobsbawm (1990), é possível perceber que há limitações para as questões referentes a esta e ao próprio Estado moderno. Nesse cenário, organizações supranacionais caracterizam uma nova divisão internacional do trabalho à qual as economias nacionais têm de se adequar. O controle então está acima do governo, causando problemas relacionados à nacionalidade, orquestrando mudanças no interesse nacional e propondo um rearranjo nos alicerces nacionalistas.

Tendo em vista o que foi exposto, o nacionalismo, num âmbito amplo ou mais particular, detém o caráter de uma história compartilhada, e as ideias nacionalistas vêm de aspectos que estão relacionados a questões muito humanas. Seu desenvolvimento permeou os acontecimentos da história e ultrapassou os indivíduos, sempre tendo continuidade.

A partir da identificação dos interesses do Estado moderno, sua busca por sobrevivência e maximização de poder, que dá forma à conjuntura do cenário internacional, muito nos lembra da visão realista da Teoria das Relações Internacionais. Através das posturas adotadas pelos Estados modernos em seu desenvolvimento, como principais atores do sistema, extremamente preocupados com o conflito, que estava eminente nesse cenário, podemos entender muito do aspecto realista das questões nacionalistas. No capítulo seguinte, ater-nos-emos

mais a essa análise, na tentativa de enriquecer ainda mais o discurso a respeito do nacionalismo.

2 O NACIONALISMO E A TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Primeira Guerra Mundial não serviu apenas para que o nacionalismo alcançasse seu apogeu, mas também provocou questionamentos que levaram a um maior estudo sobre a Guerra e o cenário internacional como um todo. Como apontam Nogueira e Messari (2005), foi após 1918 que os estudiosos se preocuparam em desenvolver mais sobre os aspectos da Guerra e em entender as articulações desenvolvidas entre os Estados, principais atores do Sistema Internacional. Esse sistema é diagnosticado por Hedley Bull “quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo”. (BULL, 2002, p. 15).

Segundo Nogueira e Messari:

As teorias das Relações Internacionais têm a finalidade de formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do Sistema Internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 2)

Tendo em vista isso e a análise feita anteriormente sobre o desenvolvimento do nacionalismo, é objetivo deste trabalho discutir as possíveis conexões entre a teoria das Relações Internacionais e o nacionalismo. Neste capítulo, analisaremos as congruências entre a teoria realista, e alguma das suas vertentes, com as abordagens nacionalistas. Ao pensarmos em realismo e nacionalismo em conjunto, buscamos identificar algumas ideias que são compartilhadas por eles, além de alguns preceitos que se combinam dentro destes dois “ismos”.

Alguns elementos são importantes para esses dois temas, tomando posição central e sendo base para a sua análise. Para o Realismo, a figura do Estado exerce um papel de grande importância, pois, como afirma essa teoria, ele é o ator principal dentro das articulações nas relações internacionais. De acordo com Jackson e Sorensen (2007, p. 103), “o Estado é o ator proeminente na política mundial, e as Relações Internacionais são, principalmente, as interações entre Estados”. Já no nacionalismo, a nação exerce o espaço principal. Todavia, o Estado não perde importância, sendo um fator de definição para a legitimidade da

nação dentro do sistema internacional. Benedict Anderson (2000, p. 16) aborda essa relação e declara que

quando os movimentos nacionalistas sonhavam conseguir seus próprios Estados, acreditava-se que estes seriam capazes de trazer prosperidade, bem estar e segurança, além de orgulho e reconhecimento internacional. Por outro lado, garantia-se a esses Estados a obediência e a lealdade irrestrita da maioria dos que se enxergavam como membros da nação. (ANDERSON, 2000, p. 16)

A partir dessas questões, propomos esse diálogo entre o Realismo como representante das teorias das Relações Internacionais e o nacionalismo. Primeiramente, trataremos das unidades prioritárias de cada tema, o Estado e a Nação, passando, em seguida, para as presunções do Realismo clássico, do Realismo Estrutural e do Neorealismo. Por fim, trataremos da visão realista e nacionalista do conflito.

2.1 ESTADO, NAÇÃO E RUPTURAS ESTATAIS

Dois elementos bastante amplos, que instigam muita discussão e têm grande importância para o estudo das Relações Internacionais, Estado e Nação se inserem, neste trabalho, como unidades básicas de dos dois temas centrais deste capítulo: Realismo e Nacionalismo, respectivamente.

Para a compreensão desses dois temas, é importante que entendamos os aspectos que cercam o Estado e a Nação, assim como sua correlação e sua proximidade. Por ocuparem lugares de destaque nas Relações Internacionais, esses dois pontos servem para engrandecer o debate, auxiliando no objetivo de aumentar a complexidade contida nesse universo de contestações e conversa.

Após a Guerra dos Trinta Anos e com a firma da Paz de Westfália em 1648, agravou-se, como aponta Thales Castro (2012), a fissura entre a figura estatal e a comunidade religiosa, iniciando uma era secular que incluía um Estado soberano, responsável pelos aspectos de caráter interno, assim como pela estruturação nacional.

Em se tratando dessa questão importante, que diz respeito à soberania do Estado, podemos observá-la como uma prerrogativa máxima do reconhecimento

da autoridade estatal, dando ao Estado o direito de agir de acordo com seus interesses e manter relações com outros atores sem que eles interfiram em sua soberania. Segundo Thales Castro,

Em suma, o exercício pleno e efetivo da soberania estatal pressupõe o direito de decretar guerra e celebrar a paz com outros Estados, de representação diplomáticas e tribunais internacionais e de representar e ser representado em instâncias multilaterais com exercício do voto, de voz e de agenda. (CASTRO, 2012, p. 110)

Estabelecendo um ponto comum entre as diversas formas de tratar o Estado, advindas da Ciência Política, Filosofia Política e Relações Internacionais, Castro (2012, p. 105), encontra um elo entre essas investigações e afirma que “o Estado é a materialização organizada – fruto de um processo histórico – da vida social e das aspirações humanas com um grau elevado de institucionalismo e reconhecimento internacional”.

No diálogo sobre os elementos constitutivos do Estado, muitas opiniões convergem na tentativa de identificar o que melhor representa a figura estatal. Na área do direito, que apresenta uma visão bastante formal, Rezek (2005) declara que

o Estado, personalidade originária de direito internacional público, ostenta três elementos conjugados: uma base territorial, uma comunidade humana estabelecida sobre essa área, e uma forma de governo não subordinada a qualquer autoridade exterior. (REZEK, 2005, p. 161)

Ademais, Thales Castro (2012) ainda aborda a concepção de que o Estado por muitas vezes se estabeleceu através de embates e de violência. O autor complementa, dizendo que processos revolucionários e independentistas foram extremamente importantes para o processo de estabelecimento da estrutura estatal. A participação do público, que vai crescendo com o passar do tempo, também foi de grande relevância para que o Estado evoluísse “a partir de um punhado complexo de necessidades humanas” (CASTRO, 2012, p. 101).

Dando seguimento a esse pensamento sobre a mudança do Estado e sua relação com as demandas da sociedade, é possível entender, então, muito do dinamismo na estrutura do Estado. Martin Van Creveld (1999) argumenta que as

modificações do Estado podem redefini-lo e, num caso mais extremo, extingui-lo. Segundo ele,

O Estado, que desde meados do século XVII é a mais importante e a mais característica das instituições modernas, está em declínio. Da Europa ocidental à África, voluntária ou involuntariamente, muitos Estados estão se fundindo em comunidades ou desmoronando (CREVELD, 1999, p. 7)

Diante disso, reforça-se a importância da discussão sobre o papel e o desenvolvimento do Estado, assim como as consequências desse estudo para as Relações Internacionais. Tendo isso em vista, faremos, agora, uma síntese sobre o conceito de nação e, na seção seguinte, discutiremos alguns aspectos da teoria que irão abranger outras visões sobre as atribuições e a dimensão do Estado.

Para o nacionalismo, conforme a análise anterior, a nação é o que fundamenta a sua estrutura. Muitos divergem sobre o que constitui uma nação, se é a língua, o passado compartilhado ou o território, e, no fim, nenhum desses elementos se torna definitivo na identificação/distinção de uma nação. Benedict Anderson (2008) acreditava na nação como uma comunidade imaginada, já Anthony Smith (1991) acreditava no elemento étnico como essencial para o entendimento de nação. O conceito de nação acaba por carregar uma noção bem particular, uma vez que depende do sentimento do indivíduo.

Para Otto Bauer (2000), deve-se abordar a nação a partir do caráter nacional. Ele conceitua caráter nacional como

o processo de características físicas e mentais que distinguem uma nação de outra; para além disso, todos os povos tem características comuns que reconhecemos mutuamente como humanas, embora por outro lado, as classes, profissões e indivíduos específicos de cada nação tenham propriedades individuais, características especiais que os distinguem uns dos outros (BAUER, 2000, p. 46).

Bauer (2000) ainda afirma que o caráter nacional é passível de modificações, que vai depender do período em que a sociedade se encontra, já que é esse espaço de tempo que vai determinar quais as características que serão compartilhadas e quais as familiaridades dentro dos grupos sociais. Os cidadãos vão desenvolvendo relações e incutindo mudanças na sociedade, e isso acarreta em transformações no caráter nacional.

Katherine Verdery (2000, p. 239) fala da nação como um “aspecto da ordem política e simbólico-ideológica, bem como do mundo da interação e do afeto sociais”. A autora afirma que os modelos de classificação sociais têm como elemento principal a nação por muitos séculos. Aqui também se vê, portanto, a questão das características e das interações sociais como fatores determinantes para o estabelecimento do pertencimento a uma nação.

Assim como já foi discutido anteriormente, a nação possui um caráter subjetivo e, além disso, pode ser considerada um conceito moderno. Por conseguinte, assim como o Estado teve, seu fortalecimento e estabelecimento definitivo na identidade dos indivíduos, o mesmo acontece com a nação. Ela atua nos indivíduos de forma bastante particular, agindo no sentimento de identificação com um grupo social.

Então, esse elemento, central para o nacionalismo, através de suas múltiplas facetas, vai se transformando e se renovando, acompanhando as nuances da sociedade.

Na relação entre Estado e Nação, pode haver algumas fissuras que provocam o afastamento entre esses dois temas. Benedict Anderson (2000) discorre brevemente sobre esse aspecto, fazendo uma analogia com o hífen que se coloca em “Estado-nação”. O autor diz que, com o desenvolvimento da sociedade e com o nacionalismo, alguns resultados incertos desse processo envolvem um aumento no número de Estados nacionais fracos e, conseqüentemente, a crise do hífen que uniu Estado e Nação por séculos.

Thales Castro (2012) disserta sobre problemas na relação de encaixe entre a nação e o Estado. É nesse processo que se desenvolve o separatismo, por exemplo, visto como uma maneira de “formar uma nova ordem institucional separada do Estado nacional a partir de gradativo e posterior reconhecimento de terceiros Estados da nova territorialidade conquistada” (CASTRO, 2012, p. 136). Aqui, o autor utiliza como exemplo o caso de Montenegro no contexto de “balcanização” da antiga República Federativa da Iugoslávia.

Já o irredentismo, ainda segundo Castro,

é o fenômeno pelo qual uma determinada nação organizada política e socialmente deseja separar-se do seu Estado e anexar-se a outro, por

motivos de identidade étnica, cultural, vinculação histórica ou necessidade político-econômica. (CASTRO, 2012, p. 137)

Esse comportamento, para ele, está atrelado a grupos sociais de áreas próximas a fronteiras que incluem um fluxo migratório por um longo período da história. O que Castro aponta é que o irredentismo traz consigo um reestabelecimento das linhas de fronteira, já que essas podem ter sido definidas anteriormente de modo arbitrário. É o caso de Tirol do Sul, no norte da Itália, que sofreu com os problemas dos desenhos das fronteiras, caso que só foi ajustado após a Primeira Guerra Mundial.

O desmembracionismo, por sua vez, envolve

a integridade territorial de um determinado de um determinado Estado é violada, geralmente, por forças e interesses externos, com vistas a enfraquecê-lo ou para estabelecer nova cultura política ou correlação de poder no contexto regional ou internacional mais amplo (CASTRO, 2012, p. 138).

Nesse processo, de acordo com Castro (2012), há a amputação de manifestações sociais por parte da força estrangeira envolvida no processo de desmembramento, na tentativa de acabar com as linhas estatais originais. Aqui, pode ser usado como exemplo o que aconteceu no fim da Segunda Guerra Mundial com a partilha da Alemanha.

Na seção a seguir, discutiremos o Realismo, nas suas vertentes clássica, estrutural e Neoclássica. A partir desse desenvolvimento, pretendemos estabelecer alguns elos dessa teoria com o nacionalismo, de forma a ampliar e enriquecer esse debate.

2.2 REALISMO, NACIONALISMO E PARTICULARISMO

Em oposição ao idealismo, é a concepção que afirma que o ente existe em si, independentemente do nosso conhecimento; que, por conseguinte, o ser não é mera produção do sujeito pensante; que o sentido do nosso conhecimento é adequar-se, é assimilar-se ao ente, apreendê-lo como ele é em si e que tal objetivo se pode alcançar, ao menos dentro de determinados limites. Seria um exagero definir o "real" precisamente como aquilo que existe independente do nosso pensamento. Real é, antes, o que tem ser (ser real), embora este ser,

exatamente como o ser de nosso pensamento, de nosso querer e operar (BRUGGER, 1962, p. 349)

A partir dessa visão de Brugger, estabelecemos as bases para a discussão a seguir acerca do Realismo. Nogueira e Messari (2005) argumentam que se trata de uma das teorias das Relações Internacionais com o maior número de adeptos, além de ser a mais antiga. Palco de grandes debates, é uma teoria que continua se desenvolvendo. Interessado com a análise do sistema internacional, assim como a análise do papel do Estado como principal ator nesse sistema, o Realismo se preocupa em discorrer sobre aspectos importantes do cenário internacional. Falaremos, de início, sobre soberania, sobrevivência e sistema internacional anárquico.

Edward Hallet Carr (1981) considerou que os estudos feitos até então sobre a guerra e as próprias relações internacionais estavam muito mais centrados na ideia do “dever ser” mais, do que preocupadas em mostrar como a sociedade realmente se desenvolvia. Por isso, *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*, lançado poucos meses antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, apresenta uma visão interessante da verdade por trás do cenário internacional.

Acompanhando-o no Realismo que ficaria conhecido como clássico, estava Hans Morgenthau (2003), que também buscava desenvolver um conceito acerca do Estado realista. Utilizando ideias de estudiosos que os antecederam, como Tucídides, Maquiavel e Hobbes, os dois identificaram o papel estatal nas relações internacionais e deram um sentido para as interações dentro do sistema, numa tentativa de fazer uma análise justa do cenário.

Discorrendo sobre o Realismo clássico, a análise de Morgenthau (2003) apresentava alguns pontos principais para acerca do sistema internacional. Para ele, a sociedade é regida por leis naturais, que são levadas em conta no realismo: os interesses dentro do sistema são definidos pelo poder, sendo essa uma espécie de moeda de troca; dessa forma, o estado agirá de acordo com seus interesses, o que pode mudar no decorrer da história; a moral não é um empecilho para a ação do Estado (pois ele não se baseia na moral); o que for moral dentro da nação não vale como algo universal; a autonomia dentro do sistema é advinda da política. Através desses pontos de vista, o autor fomentou suas ideias e desenvolveu os aspectos da teoria em sua obra.

Nogueira e Messari elencam duas características com as quais a maior parte dos autores e pensadores realistas se preocupam. De acordo com esses autores,

a primeira é a ênfase no que acontece no sistema internacional, o que se traduz por considerar que o que acontece dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais [...] A segunda é um pessimismo pronunciado e definitivo em relação a natureza humana. (NOGUEIRA & MESSARI, 2005, p. 23)

O Realismo se preocupa muito com a ação e os ganhos individuais de cada Estado, portanto, é considerado uma teoria particularista, indo contra as ideias universalistas de cooperação e ganho absoluto (soma dos ganhos de todos os Estados) propostas pelo idealismo, outra corrente teórica das relações internacionais. No caso do nacionalismo, Benedict Anderson aponta que “aos poucos, foi ficando claro que só era possível pensar no nacionalismo em termos comparativos e globais, ao mesmo tempo em que só era possível senti-lo – e agir politicamente com base nele – em termos particulares” (ANDERSON, 2000, p. 8). A partir disso, estabelece-se a conexão entre os particularismos inclusos tanto no realismo quanto nas concepções nacionalistas.

Conforme tratado anteriormente, o Estado é o ator mais importante do sistema internacional para a teoria realista. Nogueira e Messari afirmam que a figura estatal teria como funções “manter a paz dentro das suas fronteiras e a segurança dos seus cidadãos em relação a ameaças externas” (2005, p. 24). Assim é com todos os Estados, que se mantêm soberanos no que diz respeito ao seu âmbito doméstico, mas sem nenhuma autoridade maior no sistema internacional, que por essa razão é considerado anárquico. O papel estatal se desenvolve em dois níveis diferentes, sendo o primeiro interno, no qual ele possui a soberania e o poder de decisões, e o segundo, externo, no qual ele não pode tomar decisões que prejudiquem o exercício da soberania dos outros Estados nos seus assuntos internos.

Outros conceitos importantes para a teoria realista são a sobrevivência, a autoajuda e o poder. Nogueira e Messari (2005) colocam a sobrevivência como um dos objetivos do Estado, pois ela é a única maneira de ele continuar desempenhando seus objetivos e fazendo a manutenção da segurança. Ademais, somado à ideia do particularismo realista, o conceito de autoajuda coloca

exatamente a questão do Estado preocupado com a defesa de seus interesses, sem se preocupar com maiores questões. Por último, o poder, ferramenta essencial na sobrevivência estatal, como afirmam os autores, é extremamente importante, principalmente no que diz respeito ao equilíbrio de poder e à manutenção do Estado numa posição favorável para que este continue promovendo a segurança de seu povo.

Esses três conceitos podem muito bem ser aplicados dentro do contexto nacionalista. O nacionalismo também nutre uma preocupação com a sobrevivência do Estado e da Nação para que seus valores prevaleçam e se mantenham ativos na sociedade. O interesse nacional é de grande importância para o estabelecimento e a preservação do poder estatal da nação. Mesmo a autoajuda se estabelece como um comportamento que também é compartilhado pelo nacionalismo.

Outra vertente do Realismo é chamada de estrutural ou neorealismo. Essa teoria surge num contexto de crise, como apontam Nogueira e Messari (2005), pois o fator econômico começou a ganhar espaço na agenda internacional, e o papel do Estado como principal ator entrou em questionamento. Nesse cenário, Kenneth Waltz (1979) publica sua obra e propõe uma teoria que não deixe de lado a capacidade do realismo de prever o cenário, mas que desenvolva uma nova maneira de interpretar o contexto.

Analisando a dinamicidade do sistema internacional, Waltz (1979) se propõe a estudar essa mutabilidade, explicando que a inevitável mudança é continuidade dentro do sistema. A partir dessas questões, ele busca compreender porque a resposta está na anarquia. Isto porque, para este autor, a falta de uma autoridade dentro do sistema internacional leva a recorrência da guerra. Waltz (1979) definiu assim que os sistemas e a estrutura (conceitos que não eram diferenciados para ele) causavam as instabilidades que levavam à guerra.

De acordo com Nogueira e Messari (2005), na década de 1990, o neorealismo sofreu alterações, e novas vertentes se desenvolveram em seu meio. Daí surgiram as novas ideias de Buzan, Little e Jones (1993) sobre o realismo estrutural, que fazia a separação de estrutura e sistema, diferente da ideia que Waltz defendeu em *Theory of International Politics* (1979). Waltz direcionou-se para outra vertente, o neorealismo defensivo, que discute a

intenção do Estado em manter o *status quo* dentro do sistema. No outro lado dessa moeda, estava o neorealismo ofensivo, tendo John Mearsheimer (2001) como principal teorizador, argumentando que as grandes potências estão sempre à procura da maximização de seu poder, ocupando cada vez mais espaço no sistema internacional.

O Realismo Neoclássico surgiu, afirmam Nogueira e Messari (2005), como uma forma de voltar a análise do realismo para as discussões que eram feitas antes de Waltz e do neorealismo. Stephen Walt (1990) propôs a manutenção da guerra como um evento central nas relações internacionais e discorreu sobre uma modificação no conceito de balança de poder, que para ele, seria uma balança de ameaças, já que as alianças feitas entre os países estavam diretamente ligadas à ameaça projetada pelo Estado contra o qual se firma a aliança.

Nogueira e Messari (2005) defendem a importância do realismo para o estudo das Relações Internacionais, além de mostrar a capacidade de renovação que essa teoria apresenta. Com base nisso, na seção subsequente, trataremos sobre como as visões nacionalista e realista se estabelecem/posicionam em relação ao conflito.

2.3 O CONFLITO PARA O REALISMO E PARA O NACIONALISMO

O conflito é um conceito que cerca aspectos tanto do realismo quanto do nacionalismo. Mearsheimer (1990) indica que o nacionalismo foi, através do âmbito doméstico, um contribuidor na eclosão das duas Guerras Mundiais e que seu declínio, em meados da década de 1940, foi um indicativo para a instauração do que ele chama de paz do pós-guerra.

Do ponto de vista de Ernest Gellner (1983), o nacionalismo é melhor definido como uma conjunção de política que une uma nação, como um conjunto de características comuns que difere uns dos outros, a que almeja um Estado. Entretanto, para Mearsheimer (1990), essa visão de certa forma benevolente do nacionalismo tem grande probabilidade de se tornar o que ele chama de “hiper-nacionalismo”, a crença de que outras nações ou Estados-nação são inferiores e apresentam uma ameaça que precisa ser eliminada.

Na época em que se desenvolveram esses “hiper-nacionalismos” na Europa, Mearsheimer (1990) a situação foi bastante agravada pelo fato de que toda a região se encontrava com os ideais nacionalistas disseminados em suas sociedades e em seus governos, e a percepção de ameaça advinda de outros Estados-nação era real. Como Mearsheimer (1990) afirma, a própria população, através da atuação das elites, tomou frente e se manifestou a favor da sobrevivência de suas elites, mesmo que isso significasse uma medida violenta contra as outras.

Além disso, Mearsheimer (1990) acrescenta que os chamados “hiper-nacionalismos” que existiam antes de 1945 foram causados pela disputa em termos de segurança na Europa Ocidental, que levou as elites a se movimentarem para disponibilizarem suporte para a defesa nacional, provando que mesmo esse fator mais remoto teve sua influência no sistema internacional.

Mearsheimer afirma que “o hiper-nacionalismo é a maior e mais importante causa doméstica da guerra; todavia, é ainda uma força de segunda ordem na política mundial que tem efeitos principalmente no sistema internacional” (MEARSHEIMER, 1990, p. 21, tradução nossa).²

No âmbito do realismo, o conflito se apresenta como algo inerente à teoria. Como foi discutido anteriormente, desde o realismo clássico, coloca-se a guerra como um fenômeno central no estudo da teoria. Portinari (2007) afirma que a realidade política, dentro do que é abordado pelo realismo, é o conflito.

Podemos perceber, nos escritos de Maquiavel, por exemplo, pensamentos que servirão de base para o desenvolvimento da teoria realista. Maquiavel [1532] (2010) acreditava que o conflito era uma coisa positiva, parte da política, sendo de extrema importância para a manutenção do equilíbrio das relações da vida política.

Bignotto apresenta outra visão da questão do conflito, afirmando que “o importante não é suprimir os conflitos, mas sim evitar que eles destruam a possibilidade de convivência entre os membros de uma mesma comunidade política” (BIGNOTTO, 2003, p. 50).

² “[...] hyper-nationalism is the most important domestic cause of war, although it is still a second-order force in world politics. Furthermore, its causes lie largely in the international system.”

A visão de Thomas Hobbes [1651] (2009), que serviu da mesma forma para estabelecer paradigmas importantes do Realismo, coloca que os indivíduos, no Estado de natureza, num cenário em que “o homem é o lobo do próprio homem”, gerando uma desconfiança enorme e colocando o conflito como uma situação permanente. Isso evidencia não só a visão realista do sistema internacional, mas também a visão pessimista que o realismo tem da natureza do indivíduo.

Mearsheimer (2001), dissertando sobre o neorrealismo ofensivo, trata da maximização de poder do Estado, impedindo que outro ator o sobreponha. Dessa forma, a busca por essa maximização de poder e o objetivo de sobrevivência dos Estados em fazer prevalecer seus interesses e de enfraquecer ou extinguir ameaças, por exemplo, gera um processo de desconfiança entre os estados, que leva cada vez mais à possibilidade de um conflito para estabelecer uma nova ordem no sistema internacional.

Diante disso, podemos entender como o conflito se estabelece como uma temática que faz parte das dinâmicas do realismo e do nacionalismo, além de identificar as conexões entre esses dois panoramas que influenciam a política e as relações internacionais. Partindo para o estudo de caso, a seção a seguir tratará do nacionalismo escocês nas últimas décadas e suas consequências para o Reino Unido.

3 O CASO DA ESCÓCIA

Após discorrer sobre o nacionalismo e colocá-lo num espectro de diálogo com as relações internacionais, passaremos ao estudo de um caso específico: o da Escócia. Localizada na Europa Ocidental, como parte do Reino Unido, a Escócia delimita as terras ao norte da Grã-Bretanha. De acordo com Fry & Fry (1982), foi nesse espaço que a Escócia se desenvolveu e criou sua história, estabelecendo as bases e as características da sua nação. Conforme Peter e Fiona Somerset Fry, em *The History of Scotland* (1982)

É uma soma dos atos de homens e mulheres, grandes heróis e pessoas humildes que tem feito um pequeno país assumir uma importância bem maior que seu tamanho e população mereceriam. E é um conto do progresso político, social e econômico de um povo que tem feito a palavra “escocês” ficar famosa por uma mistura única de bravura, cautela, diligência e inventividade (FRY & FRY, 1982, p. 1, tradução nossa).³

Por outro lado, Rojek, ao falar da Escócia, aponta que

Escócia como um país, então, é uma paisagem da mente, um lugar essencialmente da imaginação. Isto fez a Escócia comercializar-se mais facilmente para a indústria turística como uma "terra fora do tempo", uma "fortaleza encantada num mundo desencantado" (ROJEK, 1993, p. 181, tradução nossa).⁴

Ademais, a Escócia não está sozinha na região. Como aponta Ruphert Matthews, em *England versus Scotland* (2003), a Escócia mantém relações com o País de Gales, com a Irlanda do Norte, com a Irlanda e até mesmo com a Europa, mas nenhuma delas é tão marcante quanto a estabelecida com a Inglaterra. Fry & Fry (1982) também mencionam essa relação que vem de séculos e que já foi tensionada de várias maneiras.

³ It is an account of the deeds of men and women, great heroes and humble folk alike, who have made a small country assume an importance far greater than its size and population would ordinarily merit. And it is a tale of the political, economic and social progress of a people who have made the word 'Scottish' famous for a unique blend of bravery, cautiousness, diligence and inventiveness (FRY & FRY, 1982, p. 1).

⁴ Scotland as a Country, then, is a landscape of the mind, a place essentially of the imagination. This made Scotland much easier to market by the tourist industry, as a "land out of time", as an enchanted fortress in a disenchanted world (ROJEK, 1993, p. 181)

Inclusive, grandes eventos foram traçados entre a Escócia e a Inglaterra. Atsuko Ichijo, na obra *Scottish Nationalism and the Idea of Europe* (2004), expõe que

o episódio mais importante da história escocesa é a Guerra das Independências (1296-1328). Esta foi uma série de guerras entre os reinos da Escócia e Inglaterra sobre a realeza da Escócia [...] As Guerras de Independência, como estas se tornaram conhecidas, fornecem episódios interessantes na discussão da questão da participação em massa em assuntos "nacionais"(ICHIJO, 2004, p. 27, tradução nossa)⁵

Além disso, foi com a Inglaterra que a Escócia firmou o Tratado da União, em 1707, que, como aponta Christopher Harvie (2004), com o tempo, fortaleceu a ideia de identidade nacional e levou a uma onda de nacionalismos. Nesta parte do trabalho, buscamos traçar um panorama do nacionalismo escocês a partir de uma análise histórica, com foco principalmente no período entre 1974 e 2014, identificando as possíveis consequências para a região do Reino Unido. Esperamos que esse estudo possa contribuir para as reflexões sobre o assunto.

3.1 O QUE É ESCÓCIA?

O passado glorioso, cheio de conquistas, da história escocesa contada por Fry & Fry (1982), além da ênfase nas características do povo escocês, demonstra o apego entre esses indivíduos e seu país. Por outro lado, David McCrone, em sua obra *Understanding Scotland The Sociology of a Nation* (2001), apresenta uma visão sociológica da Escócia, mostrando que ela pode ser entendida a partir de outros pontos de vista.

McCrone (2001) começa a sua análise tentando enquadrar a Escócia nos conceitos de sociedade. Em seu estudo sobre como estudar sociologicamente a Escócia, ele afirma que

O desafio para os sociólogos em analisar a Escócia reside na avaliação de sua reivindicação de ser uma sociedade em um sentido significativo.

⁵ In this regard, the most important episode in Scottish history is the Wars of Independence (1296–1328). This was a series of wars between the kingdoms of Scotland and England over the kingship of Scotland (ICHIJO, 2004, p.27).

'Escócia' existe em diferentes níveis de significado, nem todos de interesse central para o sociólogo, mas cada um com algum conteúdo sociológico (MCCRONE, 2001, p. 37, tradução nossa).⁶

Nesse sentido, McCrone (2001) aponta as características da paisagem escocesa, no âmbito mais generalizado, identificando a Escócia como um lugar com características geográficas e topográficas e, mais especificamente, um cenário de lindas montanhas que atraem os turistas e ligam os escoceses a esse terreno. Em sua tentativa de identificar os aspectos sociológicos escoceses, McCrone (2001) discorre sobre o que é Escócia, classificando-a, primeiramente, como um país. Para ele, o país tem a capacidade de retratar a união entre valores e paisagens substanciais, entre nação e terra.

A questão da terra é bastante importante para a Escócia, porque se liga diretamente à soberania escocesa. Segundo Callander,

A terra e a soberania na Escócia estão intimamente ligadas. No sistema feudal de terra da Escócia, sob o qual quase toda a terra da Escócia é realizada, todos os direitos de propriedade são adquiridos na coroa como Paramount Superior. (CALLANDER, 1998, p. 8, tradução nossa)⁷

Ao tratar da soberania, outro aspecto importante precisa ser citado. Como já foi explanado anteriormente, a Escócia é um país, uma nação. Entretanto, de acordo com McCrone (2001), ela não possui um Estado. Ao firmar o Tratado da União, a Escócia tomou uma medida que prejudicou ainda mais a possibilidade de legitimar sua nação dentro do sistema internacional. Isso porque ela abriu mão de parte de sua soberania quando se submeteu a esse tratado em 1707. Fry & Fry (1982, p; 183) declaram que "Nos últimos anos do século XVII, os escoceses se viram a caminho da plena união política com a Inglaterra, mas era uma união que poucas pessoas na Escócia queriam"(tradução nossa).⁸

⁶ The challenge for the sociologist in analysing Scotland lies in assessing its claim to be a society in a meaningful sense. "Scotland" exists at different levels of meaning, not all of them of central interest to the sociologist, but each with some sociological content (MCCRONE, 2001, p. 37).

⁷ Land and sovereignty in Scotland are intimately connected. In Scotland's feudal system of land tenure, under which nearly all Scotland's land is held, all rights of ownership are vested in the crown as Paramount Superior (CALLANDER, 1998, p.8)

⁸ In the last years of the seventeenth century the Scots found themselves drifting towards full political union with England, but it was a union that few people in Scotland wanted (FRY & FRY, 1982, p. 183).

Do ponto de vista de Russell Deacon e Alan Sandry, na obra *Devolution in the United Kingdom* (2007),

As coisas (entre Escócia e Inglaterra) pareciam ter se resolvido até certo ponto no início do século XVIII, quando, em 1707, a Escócia foi incorporada ao Ato de União com a Inglaterra e o País de Gales. Este Ato da União deu fim aos sistemas parlamentares separados que existia em Inglaterra e Escócia. O ato levou à criação de um único parlamento, com sede em Londres, que abrangeria o Reino Unido (DEACON & SANDRY, 2007, p. 50, tradução nossa).⁹

Outra visão é apresentada por McCrone:

Enquanto a Escócia negociou sua soberania política em 1707 em troca do acesso à influência econômica e política no novo estado britânico, manteve grande parte do aparelho institucional do governo autônomo através de seus diferentes sistemas de direito, Igreja e educação. Na verdade, pode-se argumentar que o único tipo de união que poderia ser negociada era aquele em que a autonomia institucional escocesa estava garantida (MCCRONE, 2001, p. 43, tradução nossa).¹⁰

Tendo uma visão mais positiva do que a União poderia significar para a Escócia, Christopher Harvie declara que

a União de 1707 não foi como se a Inglaterra tomasse o controle da situação, mas um arranjo essencialmente federativo, que garantiu para a Escócia uma autonomia cultural e econômica considerável, enquanto abriu-lhe as vantagens de negócios que vem junto com o Estados da União (HARVIE, 2004, p. 4, tradução nossa).¹¹

Ainda sobre o Tratado da União, de acordo com Deacon e Sandry (2007), alguns políticos acreditavam que, de alguma maneira, a Inglaterra acabaria por incorporar a Escócia através da assimilação. Todavia, o fato de a Escócia ter mantido uma parte das funções administrativas (leis, educação e igreja) fez com

⁹ Things appeared to have settled to some extent in the early eighteenth century when, in 1707, Scotland was incorporated into the Act of Union with England and Wales. This Act of Union brought to an end the separate parliamentary systems that had been in existence in England and Scotland. The act led to the creation of a single parliament, based in London, that would cover the United Kingdom (DEACON; SANDRY, 2007, p. 50).

¹⁰ While Scotland traded off its political sovereignty in 1707 in return for access to economic and political influence within the new British state, it retained much of the institutional apparatus of self-government through its different systems of law, the Church and education. Indeed, one might argue that the only kind of union which could be negotiated was one in which Scottish institutional autonomy was guaranteed (MCCRONE, 2001, p. 43).

¹¹ “[...] the 1707 Union wasn’t a take-over of Scotland by England, but an essentially federative arrangement, which granted the Scots considerable cultural and economic autonomy, while opening to them the advantages of trade opened up by the union state (HARVIE, 2004, p. 4).

que ela mantivesse uma identidade nacional única, que contrariava a ideia que muitos impunham de que ela seria a “Inglaterra do Norte”.

Entretanto, a identidade nacional ainda sofre influência de percepções como a inglesa ou a britânica, pois, mesmo que existam relações entre a Escócia e a Europa, elas ainda não exercem tanta influência. Ichijo (2004) afirma que

A identidade nacional escocesa continua a ser definida em relação à percepção anglo-britânica. A Europa pode estar desempenhando um papel mais visível na sociedade escocesa do que a inglesa, mas não se tornou o principal ponto de referência para os escoceses ter sentido do mundo em que vivem (ICHIJO, 2004, p. 149, tradução nossa).¹²

Ademais, a identidade nacional escocesa, que se estabeleceu com alguma autonomia, não acabou com a vontade de mudanças constitucionais e de aumento do espaço de atuação dos escoceses. Deacon e Sandry (2007) declaram que foi nesse cenário e a partir dessas ideias que a Escócia se impulsionou para uma ideia de independência ou até mesmo de devolução. A devolução, para os autores, seria a saída do poder de um estado centralizado para um nível regional.

Ainda de acordo com Deacon e Sandry (2007), o parlamento não sofreu grandes alterações até 1885, quando há o estabelecimento do Escritório Escocês, como um departamento do governo do Reino Unido que desempenha diversas funções em prol da Escócia. No século XX, o que se identifica é o surgimento de grupos e o fortalecimento da identidade nacional.

Em 1934, é formado o Partido Nacional Escocês (SNP), que, de acordo com Deacon e Sandry, “foi formado [...] pela junção de dois grupos nacionalistas existentes, o Partido Nacional da Escócia e o Partido Escocês” (DEACON & SANDRY, 2007, p. 93, tradução nossa).¹³ Além disso, os autores também colocam que, nos anos 1960 e 1970, “aumenta a confiança entre nacionalistas e a

¹² Scottish national identity continues to be defined in relation to the perceived English or Anglo-British one. Europe may be playing a more visible role in Scottish society than the English one but it has not become the main reference point for the Scots in making sense of the world they live in (ICHIJO, 2004, p.149)

¹³ The Scottish National Party (SNP) was formed in 1934 from the amalgamation of two existing nationalist groupings, the National Party of Scotland and the Scottish Party (DEACON; SANDRY, 2007, p.93).

discussão pública sobre devolução” (DEACON & SANDRY, 2007, p. 63, tradução nossa).¹⁴

Conforme vimos, as noções de Escócia como nação ou sociedade dependem de vários fatores (identidade nacional, apego pelo território, história compartilhada). Na seção seguinte, discutiremos o desenvolvimento do nacionalismo e a busca por autonomia por parte da Escócia no período de 1974 a 2014.

3.2 A ESCÓCIA DE 1974 A 2014

A partir dos anos 1960, as percepções dos Escoceses em relação ao Escritório Escocês começaram a tomar um aspecto negativo, visto que, como Deacon e Sandry afirmam, “Havia uma crença crescente[...] de que o Escritório escocês não seria capaz de operar como o tipo de fórum político inclusivo e democrático que muitas pessoas na Escócia desejavam” (DEACON & SANDRY, 2007, p. 54, tradução nossa).¹⁵

Desde o fim da década de 1960, o SNP estava ganhando espaço nas disputas eleitorais. Mas foi na década de 1970 que o Partido realmente se destacou, conforme apontam Robin Mann e Steve Fenton:

No caso do SNP, isso começou com a vitória eleitoral de Hamilton em 1967 por Winnie Ewing, seguido de ganhar uma participação de 11,4% dos votos escoceses nas eleições gerais de 1970. Foi seguido pelo grande sucesso eleitoral nas eleições gerais de outubro de 1974, quando o SNP ganhou mais de 30% do voto escocês, devolvendo 11 membros do Parlamento a Westminster (MANN & FENTON, 2017, p. 147-148, tradução nossa).¹⁶

¹⁴ 1960s–70s: Growing confidence among nationalists, and public discussion about devolution (DEACON & SANDRY, 2007, p. 63).

¹⁵ There was a growing belief, from about the 1960s onwards, that the Scottish Office would not be able to operate as the type of inclusive and democratic political forum that many people in Scotland desired (DEACON & SANDRY, 2007, p. 54).

¹⁶ In the case of the SNP, this began with the 1967 Hamilton by-election victory by Winnie Ewing followed by winning an 11.4 % share of the Scottish vote in the 1970 general election. This was followed by major electoral success in the 1974 October general election, when the SNP won over 30 % of the Scottish vote, returning 11 members of Parliament to Westminster (MANN & FENTON, 2017, p. 147-148).

Deacon e Sandry (2007) identificaram um referendo de devolução de 1º de março de 1979, que foi apoiado principalmente pelas forças do Partido Trabalhista (SLP). A decisão foi a favor da devolução por uma maioria de 51,6% dos votos, sendo esses apenas 32,8% de todo o eleitorado. A questão é que eram necessários 40% do eleitorado votando para dar validade ao referendo, e, em 1979, houve o “sim” para a devolução, mas não foi o bastante.

Nos anos 1980, segundo Deacon e Sandry (2007), a oposição continuava estabelecida e se fortalecendo, e os escoceses continuavam se opondo a algumas decisões tomadas em Westminster. Uma deliberação em especial conquistou a atenção e resultou na contestação por parte dos grupos escoceses: era o Poll Tax, um “imposto de voto”. Nas palavras de Deacon e Sandry,

Em 1987, a primeira-ministra Margaret Thatcher anunciou à Conferência do Partido Conservador Escocês a chegada do Imposto de Inquérito, no qual todos deveriam pagar a mesma quantia, independentemente da sua situação econômica (DEACON & SANDRY, 2007, p. 56, tradução nossa).¹⁷

Ainda seguindo o raciocínio de desses estudiosos, foi a partir de 1989 que se estabeleceram as campanhas Convenção Constitucional. Até 1995, essas campanhas ficaram ativas, a fim de conseguir estabelecer um parlamento escocês que desse mais autonomia e poder de decisão à Escócia no âmbito do Reino Unido.

Os anos 1990 trouxeram uma nova onda de apoio à devolução, que obteve sucesso. De acordo com Deacon e Sandry (2007), o referendo que ocorreu em 11 de setembro de 1997 possibilitaria, caso fosse aprovado, a oportunidade do estabelecimento de novas instituições políticas que transformariam as relações da Escócia com o Reino Unido.

Em 1997, a campanha do “Sim” foi fortemente impulsionada pelas atividades de alto perfil da Convenção Constitucional da Escócia. Por isso, pode-se argumentar que o guarda-chuva que englobava a organização “sim” e “Scotland Forward”, teve uma tarefa relativamente fácil à sua frente. Houve algumas tensões internas, no entanto, e a campanha do “não” tentou destacar qualquer divisão. No entanto, a campanha do “sim”,

¹⁷ In 1987 Prime Minister Margaret Thatcher announced to the Scottish Conservative Party Conference the arrival of the Poll Tax in which everybody was expected to pay the same amount regardless of their economic circumstances. (DEACON & SANDRY, 2007, p. 56).

apesar de alguns problemas, garantiu uma vitória clara no referendo da devolução (DEACON & SANDRY, 2007, p. 59, tradução nossa).¹⁸

Murray Pittock, autor de *The Road to Independence? Scotland Since the Sixties* (2008), descreveu o referendo como

Na noite do referendo em 1997, um senso de expectativa e esperança se manifestou naqueles entrevistados pela mídia à medida que os resultados saíam. A campanha “Sim Sim” (houve duas questões, uma sobre o estabelecimento do Parlamento, a outra sobre seus poderes de variação de impostos), havia sido unificada, ao contrário do esforço fragmentado de 1979, repleta de brigas ao longo das linhas partidárias (PITTOCK, 2008, p. 155, tradução nossa).¹⁹

Nos anos 2000, de acordo com Pittock (2008), a Escócia trabalhava com um novo parlamento, estabelecido desde 1º de julho de 1999. Em 2004, o parlamento escocês ganhou uma nova sede na cidade de Edimburgo. A inauguração contou com a presença da Rainha Elizabeth II, que tomou frente na celebração de instalação do parlamento.

Nos últimos tempos, o desejo por autonomia voltou a se propagar na Escócia. Esse foi um dos motivos, como identifica Michael Keating (2015), para o referendo realizado em 18 de setembro de 2014 para decidir se a Escócia sairia do Reino Unido, alcançando total independência, ou se manteriam o cenário inalterado. A votação foi acirrada, e, com 55% dos votos, o “não”, ganhou. De acordo com Keating (2015), quem encabeçou esse processo foi o próprio Partido Nacional Escocês, que acabou não tendo o retorno que esperava.

Mann e Fenton (2017) puderam trazer uma visão mais atual da situação escocesa, mostrando que o sentimento de oposição às estruturas atuais continua, mas o movimento segue variando e será preciso ver os próximos desenvolvimentos para a certificação sobre qual atitude os escoceses tomarão.

¹⁸ By 1997 the Yes campaign had been greatly boosted by the high-profile activities of the Scottish Constitutional Convention. Hence, it could be argued that the umbrella ‘Yes’ organization, ‘Scotland Forward’, had a relatively easy task in front of them. There were some internal tensions, however, and the No camp attempted to highlight any splits. Nevertheless, the Yes camp, despite some problems, helped to secure a clear victory in the devolution referendum (DEACON & SANDRY, 2007, p. 59).

¹⁹ On the night of the referendum in 1997 a sense of expectation and hope was manifest in those interviewed by the media as the results came in. The Yes Yes (there were two questions, one on the establishment of the Parliament, the other on its tax-varying powers) campaign had been unified, unlike the fragmentary effort of 1979, fraught as it had been with bickering along party lines (PITTOCK, 2008, p. 155).

Na seção subsequente, discutiremos as influências desse processo de devolução ou independência para a região do Reino Unido.

3.3 O REINO UNIDO

Um dos objetivos deste trabalho é elencar possíveis consequências para o Reino Unido do nacionalismo na Escócia. Por mais que, como foi afirmado anteriormente, a Escócia mantenha autonomia nas questões jurídicas, educacionais e religiosas, os escoceses se preocupam com o nível de independência que lhes cabe e demonstram sua oposição a políticas do Parlamento que não vão ao encontro dos interesses nacionais escoceses.

Como ficaria o Reino Unido se a Escócia se tornasse independente? Michael Keating (2015) afirma que apenas os cidadãos escoceses podem votar num referendo; entretanto, uma votação, como a que aconteceu em 2014, pela independência da Escócia tem consequências para toda a região (no caso, o Reino Unido).

No que se refere ao território, o Reino Unido sofreria uma perda significativa. De acordo com o que foi apresentado pelo jornal *BBC News* (2014), a Escócia representa 32% de seu território. Isso é muito importante, pois, de acordo com Fry & Fry,

A história de uma nação é moldada pela sua geografia. O caráter de seu povo é moldado por problemas que têm de enfrentar na comunicação com os outros, viajando e fazendo seu país e seus recursos produtivos o bastante para que ele viva, trabalhe e comercie dentro dele. Também é afetado pelas relações com povos de terras vizinhas, o quão facilmente eles podem ir e vir do país ao lado, seja num clima de guerra ou não, como eles lidam com isso, se for o caso (FRY & FRY, 1982, p. 2, tradução nossa).²⁰

²⁰ A nation's history is shaped by its geography. The character of its people is moulded by the problems they have to face in communicating with each other, in travelling around and in making their country and its resources productive enough for them to live, work and trade in. It is also affected by the people's relations with peoples of neighbouring lands, how easily they can get to and from the next-door country, whether it is warlike or not and how they cope with this if it is (FRY&FRY, 1982, p. 2).

Nesse sentido, os movimentos nacionalistas e de independência gerariam uma transformação na realidade do Reino Unido. Ademais, somando-se à mudança nas percepções de território, há também as mudanças demográficas, como aponta a *BBC News* (2014). De acordo com essa emissora, a população do Reino Unido diminuiria, numa proporção menor, cerca de 8%, em torno de 5 milhões de indivíduos, mas, de qualquer forma, já provoca efeitos nos recursos humanos do Reino Unido.

No panorama econômico, também há preocupações. O jornal *The Guardian* (2017b), em uma matéria, aponta que a economia escocesa é forte, pois possui um setor financeiro que prospera, um mercado forte de comidas e bebidas, atrai milhões de turistas todos os anos e tem potencial para ser um líder mundial em energia renovável. A questão que o jornal apresenta é a de que o referendo de 2014 acabou enfraquecendo um pouco a economia por desvalorizar seus barris de petróleo, baixando o preço quase pela metade. Inclusive, essa baixa no preço dos barris de petróleo escoceses provocou o debate de qual moeda a Escócia manteria. Libra ou outra moeda? Quem sabe uma nova moeda? São alternativas para resolver as questões econômicas

Para o Reino Unido, o problema da saída da Escócia reside nas suas reservas energéticas e nos efeitos que isso teria para a economia do Reino Unido. Segundo Jenny Wormald (2005), no Mar do Norte, como é chamada essa região, existe uma reserva petrolífera que pode salvar a Escócia de uma eventual crise, mas, no momento, ela também é uma reserva do Reino Unido.

No que se refere à política, a separação escocesa do Reino Unido teria consequências profundas nos governos futuros, de acordo com a *BBC News* (2014). Isso se deve ao fato de que 59 assentos desapareceriam de Westminster, o que levaria a uma mudança nas votações no âmbito do Parlamento.

A situação seria ainda mais grave na esfera constitucional. Assim como indica a notícia do *The Guardian* (2014), no caso de um “sim” do povo escocês para a independência, o processo de negociações seria bastante árduo, e as consequências, incertas, uma vez que seria a primeira vez que o Parlamento de Westminster trataria de um processo de independência.

É importante comentar a saída da Grã-Bretanha da União Europeia, aprovada em referendo realizado no dia 23 de junho de 2016, ao qual a

população escocesa foi majoritariamente desfavorável. Como mostra a reportagem do jornal *The Guardian* (2017a), a primeira-ministra da Escócia, Nicola Sturgeon, tentou emplacar um novo referendo de independência para que a Escócia pudesse voltar a ter seus laços com a União Europeia, o que traz novamente à tona o debate sobre o nacionalismo e a independência da Escócia. Theresa May, primeira-ministra do Reino Unido, acabou com qualquer possibilidade de um referendo escocês ocorrer nos próximos anos, argumentando que, enquanto estiver em andamento o processo de saída da Grã-Bretanha da União Europeia, a Escócia não poderá realizar outro referendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de realização deste trabalho, as visões e ideias sobre o nacionalismo, as relações internacionais e a Escócia mostraram conter semelhanças e diferenças que realçaram o que há de mais interessante nesses assuntos. Desde uma primeira análise acerca do nacionalismo, já ficou claro seu caráter subjetivo. Além disso, através da divisão entre a Identidade, a Língua, o Estado Moderno e o auge do nacionalismo, foi possível perceber uma linha no desenvolvimento da nação e dos aspectos nacionalistas, que criam uma história compartilhada pelos indivíduos com o transcorrer do tempo.

Dessa forma, parece que o próprio nacionalismo apresenta uma identidade, atemporal, subjetiva, histórica e é afetado pelas mudanças na sociedade, como a que aconteceu com a perda de espaço político da comunidade religiosa e o estabelecimento do Estado moderno. No mais, muito ainda pode ser indicado na análise sobre o caráter nacionalista em futuras pesquisas, visto que esse tema subjetivo tem muita história ainda a ser compartilhada com a sociedade.

No âmbito das Relações Internacionais, o diálogo proposto entre nacionalismo e realismo acabou se mostrando surpreendentemente instigador. A ideia de sobrevivência, que permeia a nação, o Estado e, conseqüentemente, os Estados-nação, traçou muitas semelhanças entre esses dois “ismos” e trouxe o nacionalismo, que muitas vezes é atribuído ao âmbito doméstico, ao sistema internacional, mostrando que as ideias nacionalistas causam um impacto na esfera internacional.

Por último, o caso da Escócia. Estudar o nacionalismo escocês nos proporcionou uma ampliação de nossos conhecimentos, pois mostrou realidades distintas de um país grandioso. Sua busca por independência revela que a Escócia se construiu e é, hoje, um objeto de análise complexo, que pode gerar muitos estudos sobre seu desenvolvimento. Ademais, é são bem palpáveis as conseqüências do nacionalismo escocês e de uma futura independência para o Reino Unido. A mudança dessa ordenação que vem de séculos, ia provocar mudanças de cunho político e estrutural que transformariam as dinâmicas e a

realidade de todos os cidadãos. Sem falar que é um processo que traz consequências para além do Reino Unido, chegando até as dinâmicas europeias.

Neste trabalho, exploramos a ideia de que o nacionalismo na Escócia poderia ser um causador de instabilidade política no Reino Unido. Ao analisarmos o nacionalismo, tanto em âmbito interno como externo, percebemos que tanto a nação como o Estado são atores capazes de provocar diversas tensões no sistema internacional, seja pela competição, seja pelo conflito. No exemplo escocês, de uma nação sem Estado, foi possível ver que um “sim” que seja propagado pela maioria dos votos escoceses gera uma nova ordem no Reino Unido. Mudam percepções de território, de população, de economia e entra-se numa nova realidade ainda não vivida pelo Reino Unido.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Introdução. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAUER, O. A Nação. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIGNOTTO, N.. **Maquiavel**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BRUGGER, W. **Dicionário de Filosofia**. Barcelona: Herder, 1962.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Um estudo da ordem política mundial. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BUZAN, B.; JONES, C.; LITTLE, R. **The Logic of Anarchy**. Neorealism to Structural Realism. Nova York: Columbia University Press, 1993.

CARDIM, L. **Shakespeare e o drama inglês**. Porto: Indústria Gráfica do Porto, 1931.

CALLANDER, R. F. **How Scotland is Owned**. Edimburgo: Canongate Books, 1998.

CREVELD, Martin van. **Ascensão e Declínio do Estado**. São Paulo: Martins Fontes Ed., 2004.

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

DEACON, R.; SANDRY, A. **Devolution in the United Kingdom**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2007.

ELLIOTT, L. The Scottish economy has strengths but could it make a success of independence? **The Guardian**, Londres, 13 Mar. 2017. Disponível em: <www.theguardian.com/politics/2017/mar/13/scottish-economy-independence-referendum-oil-price>. Acesso em: 19 nov. 2017(a).

FRY, P.; FRY, F. **The History of Scotland**. Londres: Routledge, 1982.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

HARVIE, C. **Scotland and Nationalism**. Scottish Society and Politics 1707 to the Present. 4. ed. Nova York: Routledge, 2004.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

HOBBS, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HROCH, M. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo e construção nacional na Europa. In: In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

ICHIJO, A. **Scottish Nationalism and the Idea of Europe**. Nova York: Routledge, 2004.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introduction to International Relations: Theories and Approaches**. 3.ed. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KEATING, M. **The Scottish Independence Referendum and After**. REAF, n. 21, p. 73-98, abril 2015.

MACASKILL, E. What would a second Scottish vote on independence mean? **The Guardian**, Londres, 18 mar. 2017. Disponível em: <www.theguardian.com/politics/2017/mar/18/what-would-a-second-scottish-vote-on-independence-mean>. Acesso em: 22 nov. 2017(a).

MANN, R.; FENTON, S. **Nation, Class and Resentment**. The Politics of National identity in England, Scotland and Wales. Londres: Palgrave Macmillan Ed., 2017.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo:Edipro, 2010.

MATTHEWS, R. **England versus Scotland**. Barnsley: Leo Cooper Ed., 2003.

MCCRONE, D. **Understanding Scotland**. The Sociology of a Nation. 2. ed. Londres: Routledge, 1992.

MEARSHEIMER, J. J. **Back to the Future**: Instability in Europe after the Cold War. International Security, Vol. 15, No. 1, pp. 5-56, 1990.

_____. **The tragedy of great power politics**. Nova York: Norton & Company. 2001.

MORGENTHAU, H. **Política Entre as Nações**. Uma Luta pelo poder e pela Paz. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PITTOCK, M. **The Road to Independence?** Scotland since the sixties. Londres: Reaktion Books Ltd., 2008.

REZEK, F. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROJEK, C. **Ways of Europe**. Londres: Macmillan, 1993.

RUSSELL, M. Constitutional consequences of Scottish referendum will be complex and profound. **The Guardian**, Londres, 21 set. 2014. Disponível em: <www.theguardian.com/politics/2014/sep/21/constitutional-consequences-referendum-west-lothian-question>. Acesso em: 22 nov.2017 (b).

SARAIVA, J. L. S. (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**. Da Sociedade Internacional do Século XIX à era da globalização. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Scottish independence: How Would the UK fare without Scotland? **BBC News**, Londres, 19 ago.2014. Disponível em: <WWW.bbc.com/news/uk-28192293.html>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SMITH, A. **National Identity**. Londres: Penguin Books, 1991.

VENDERY, K. Para onde vão a “nação” e o “nacionalismo”? In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

WALT, S. **The Origins of Alliances**. Nova York: Cornell University Press, 1990.

WALTZ, K. **Theory of International Relations**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.